

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração nº: 0321979-6 29ª Vara Cível da Comarca de Recife

Embargante: Mediservice Administradora de Planos de Saúde S.A

Embargada: Renata Virginia Barros e Silva de Araújo

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. MATÉRIAS JÁ TRATADAS EM SEDE DE APELAÇÃO CÍVEL. OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. AUSÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO NUMÉRICO. DESNECESSIDADE. EMBARGOS REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME.

1. Tratando-se de prequestionamento, é desnecessária a citação numérica dos dispositivos legais, bastando que a questão posta tenha sido decidida.
2. Os embargos declaratórios, mesmo para fins de prequestionamento, só são admissíveis se a decisão embargada estiver eivada de algum dos vícios que ensejariam a oposição dessa espécie recursal, o que não é o caso dos autos.
3. Embargos de Declaração conhecidos e rejeitados.

ACÓRDÃO

Visto, discutido e votado este recurso, tombado sob o nº 0321979-6, ACORDAM os Desembargadores integrantes da PRIMEIRA Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **rejeitar** os Embargos Declaratórios, tudo nos termos dos votos e notas taquigráficas anexas, que passam a fazer parte integrante deste julgado.

Recife, 10 de junho de 2014.


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator



PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração nº: 0321979-6 29ª Vara Cível da Comarca de Recife

Embargante: Renata Virginia Barros e Silva de Araújo

Embargada: Mediservice Administradora de Planos de Saúde S.A

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

RELATÓRIO/VOTO

Trata-se de Embargos Declaratórios interpostos pela Sra. Renata Virginia Barros e Silva de Araújo, em face de acórdão (fl. 201) lavrado nos autos do recurso de Agravo Legal de mesmo número, que negou provimento ao recurso, mantendo a Decisão Terminativa do Excelentíssimo Desembargador Josué Fonseca de Sena, o qual, por sua vez, deu provimento ao recurso de Agravo de Instrumento, no sentido de minorar a multa cominatória diária fixada em R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para o importe de R\$ 500,00 (quinhentos reais), por dia de descumprimento.

O Acórdão embargado foi nítido ao consignar que, *ipsis litteris*:

“EMENTA: PROCESSO CIVIL. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR RECURSO DE AGRAVO- ASTREINTE REDUÇÃO.

1- A fixação da multa diária (astreinte) guarda como finalidade promover a efetividade prática de alguma decisão judicial, seja ela antecipatória ou final. Está associada ao instituto do contempt of court, visto que o descumprimento de ordens judiciais importa em insubordinação à autoridade que atua no comando do processo e não apenas em lesão ao direito da parte adversa.

2- É possível a redução das astreintes fixadas fora dos parâmetros de razoabilidade e proporcionalidade, fixada a sua limitação ao valor do bem da obrigação principal, evitando-se o enriquecimento sem causa.

3- A multa cominatória diária reduzida no agravo de instrumento para R\$ 500,00 (quinhentos reais) merece ser mantida, pois se encontra dentro da razoabilidade e proporcionalidade, não sendo possível o pedido de majoração do ora recorrente.

4-Recurso improvido por unanimidade de votos.

ACORDÃO - Vistos, relatados e discutidos estes autos do RECURSO DE AGRAVO nº 321979-6 em que figura como agravante RENATA VIRGINIA BARROS E SILVA DE ARAÚJO e como agravado MEDISERVICE ADMINISTRADORA DE PLANOS DE SAÚDE S.A acordam os Desembargadores que compõem a 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada em 28 de janeiro de 2014, à unanimidade de votos, negar provimento ao Agravo nos termos do voto do relator.

Recife, 28 de janeiro de 2014 (data da lavratura).

Des. Stênio Neiva Coêlho

Relator Substituto ”

Sem alegar contradição, omissão ou obscuridade, a embargante alega que a multa pelo descumprimento de ordem judicial no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por dia de descumprimento está de acordo com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, sendo este valor necessário a fim de compelir a embargada a cumprir com a ordem judicial.

Por fim, com o fulcro de prequestionar a matéria para futura e eventual interposição de recurso especial, a embargante pretende a manifestação expressa desta Câmara em relação aos seguintes dispositivos: art. 5º, 6º, 196 e 197 da CRFB/1988; art. 6º e 14 da Lei 8.078/90; art. 12 da Lei 9.656/98.

É o relatório.

1. *Os embargos de declaração somente são cabíveis quando presente, ao menos, uma das hipóteses previstas no art. 535 do Código de Processo Civil.*
2. *A contradição que autoriza os embargos de declaração é aquela interna ao acórdão, imanente ao próprio conteúdo do julgamento.*
3. *A reiterada oposição de embargos de declaração, à mingua de efetiva obscuridade, omissão, contradição ou erro material, evidencia o caráter manifestamente procrastinatório do recurso, o que autoriza a imposição da multa prevista no art. 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil.*
4. *A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça está consolidada no sentido de que os embargos declaratórios, mesmo quando opostos com o intuito de prequestionamento visando à interposição do apelo extraordinário, não podem ser acolhidos quando inexístirem os vícios previstos no art. 535 do Código de Processo Civil.*
5. *Embargos de declaração rejeitados, com aplicação de multa (art. 538, parágrafo único, do CPC).*
(EDcl nos EDcl nos EDcl no AgRg nos EREsp 440.110/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 23/05/2012, DJe 04/06/2012) (grifos acrescidos)

Ademais, as questões postas na lide recursal foram examinadas e decididas, não havendo omissão, contradição ou obscuridade no julgado, cujo resultado desfavoreceu a posição sustentada pela embargante.

Outrossim, conforme se observa do próprio requerimento da embargante, a mesma deseja revisar o julgado, não sendo esse o objetivo do presente recurso.

Como se vê, não há vício a ser sanado por intermédio dos presentes aclaratórios.

Outrossim, o Supremo Tribunal Federal, em sucessivos e recentes julgamentos, vem decidindo que “Os embargos de declaração destinam-se, precipuamente, a desfazer obscuridades, a afastar contradições e a suprir omissões que eventualmente se registrem no Acórdão proferido pelo Tribunal”, revelando-se incabíveis “quando, inexistentes os vícios que caracterizam os pressupostos legais de embargabilidade (CPC, art. 535), vem tal recurso com desvio de sua específica função jurídico-processual, a ser utilizado com a finalidade de instaurar, indevidamente, uma nova discussão sobre a controvérsia jurídica já apreciada pelo Tribunal...” (RTJ 173/29, junho/2000).

Por tais fundamentos, **rejeito** os presentes Embargos Declaratórios.

É como voto.

Recife, 10 de junho de 2014.


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator